
**PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE: ESTUDO DE UM NÚCLEO DA FORÇA
AÉREA NO SUL DO BRASIL****SPORTS FORCES PROGRAM: A STUDY OF A AIR FORCE CENTER IN SOUTHERN
BRAZIL****Emerson Liomar Micaliski¹, Mayara Torres Ordonhes¹, Caroline Schweigert Costa¹ e Fernando Renato Cavichioli¹**¹Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, Brasil.**RESUMO**

O presente estudo teve por objetivo identificar o perfil dos participantes do Programa Forças no Esporte (PROFESP), desenvolvido em um núcleo militar da Força Área Brasileira, bem como analisar se atende a população em situação de vulnerabilidade social. Com uma abordagem mista explanatória, foram coletados e analisados inicialmente os dados quantitativos e, posteriormente, os dados qualitativos, obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com um gestor do programa e sete diretores das escolas participantes. Os resultados mostraram que, durante o ano de 2023, o programa atendeu 327 crianças e adolescentes de 8 a 15 anos, de ambos os sexos, sendo a maioria com 09 e 10 anos e matriculados nos 4º e 5º anos de escolar públicas, conforme as diretrizes indicadas na política. Com base na análise dos gestores educacionais foi observado que, embora haja interesse em atender crianças ou escolas de outras regiões em situações mais vulneráveis, nem sempre é possível devido as questões logísticas, como distância e tempo de deslocamento entre as escolas até o núcleo militar que oferece o programa. Por fim, recomenda-se a ampliação do PROFESP para outros núcleos militares do município investigado a fim de garantir e assegurar à sociedade o acesso aos direitos constitucionais do esporte e demais atividades educativas.

Palavras-chave: Programas Sociais. Esporte Educacional. Política Pública. Forças Armadas do Brasil.**ABSTRACT**

The present study aimed to identify the profile of participants in the Programa Forças no Esporte (PROFESP), developed at a military base of the Brazilian Air Force, and to analyze whether it serves the population in situations of social vulnerability. Using an explanatory mixed-method approach, quantitative data were initially collected and analyzed, followed by qualitative data obtained through semi-structured interviews with a program manager and seven school principals. The results showed that in 2023, the program served 327 children and adolescents aged 8 to 15 years, of both sexes, with the majority being 9 and 10 years old and enrolled in the 4th and 5th grades of public schools, according to the policy guidelines. Based on the analysis of educational managers, it was observed that, although there is an interest in serving children or schools from other regions in more vulnerable situations, it is not always possible due to logistical issues, such as distance and travel time between schools and the military base offering the program. Finally, it is recommended to expand PROFESP to other military bases in the investigated municipality to ensure and secure society's access to constitutional rights to sports and other educational activities.

Keywords: Social Programs. Educational Sports. Public Policy. Brazilian Armed Forces.**Introdução**

A discussão acadêmica sobre programas e projetos sociais vem, nas últimas décadas, despertando o interesse de diversos pesquisadores^{1,2,3,4}. Entre as diferentes análises, percebe-se estudos que defendem essas iniciativas com base na promoção de formação de valores e desenvolvimento humano, principalmente voltadas à garantia de crianças e adolescentes em diferentes demandas sociais, e outros que, realizam críticas sob interpretações da transferência de uma responsabilidade do Estado para a sociedade civil^{1,4,5}.

Alguns autores^{4,6} apontam que os projetos sociais esportivos têm início, no Brasil, entre as décadas de 1970 e a 1990, ao serem impulsionados pelo movimento de abertura política e democrática no país^{4,6}. Logo, com a celebração da Constituição Federal de 1988 enquanto um marco político e social de relevância para o Brasil, as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, em várias áreas, passaram a receber maior atenção na agenda política^{4,6,7}.

No artigo 217 do documento normativo da Constituição Federal Brasileira de 1988, o esporte é preconizado como um direito social que desempenha um papel crucial para a reversão da vulnerabilidade social, e que serve como instrumento de promoção do desenvolvimento

humano e melhoria da qualidade de vida^{8,9,10}. Desde então, a utilização do esporte como instrumento de inclusão social tem sido pautas e movimentos de governantes para formulação de políticas públicas, especialmente por meio de projetos e programas voltados para crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social^{11,12}.

À vista disso, com a instituição do Ministério do Esporte, em 2003, várias ações foram debatidas e concebidas pelo governo brasileiro para estabelecer as políticas públicas para o esporte e o lazer, que visam à inclusão social de crianças, adolescentes e jovens. Uma dessas ações é o Programa Segundo Tempo, implementado em 2003 pelo Ministério do Esporte, tendo como objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional^{10,13}, promovendo o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, como parte essencial da formação da cidadania e da melhora da qualidade de vida, especialmente aqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social^{12,13,14}.

O desenho estratégico do Programa Segundo Tempo se dá por meio de termos de cooperação técnica e contratos¹⁵, bem como pela descentralização dos recursos federais via convênios com instituições de ensino, órgãos governamentais e não governamentais^{12,13,16}. Esses recursos possibilitam a implantação e manutenção dos núcleos do Programa, nos quais são realizadas as atividades com os beneficiários, durante o período de contraturno escolar^{12,13,16,19}.

Na perspectiva de ampliar o atendimento de beneficiários nas atividades do PST¹⁷, o Ministério do Esporte realizou, em 2003, uma parceria com o Ministério da Defesa para criação do Programa Forças no Esporte (PROFESP) enquanto uma vertente do PST a ser desenvolvido no âmbito das Forças Armadas – Aeronáutica, Exército e Marinha do Brasil^{12,18}. O PROFESP foi implementado com a finalidade de democratizar o acesso de crianças e jovens – dos 06 aos 18 anos de idade – à prática do esporte educacional como fator de formação da cidadania e redução de riscos sociais, por meio do acesso a atividades esportivas, alimentação saudável, palestras e ações educativas, de desenvolvimento profissional e de cidadania, reforço escolar, durante o contraturno escolar^{12,18,19}.

A operacionalização das atividades ocorre sob adesão da Organização Militar (OM) por meio de parcerias setoriais tendo Acordos de Cooperação formalizados com secretarias municipais ou estaduais, universidades, segmentos de sistemas esportivos, entre outras instituições públicas ou privadas²⁰. Os recursos são viabilizados por Termos de Execução Descentralizada, decorrentes de parcerias interministeriais ou por Emendas Parlamentares com centralização pelo Ministério da Defesa e repassados às organizações militares, que aderem o Programa, para aquisição de materiais esportivos, de alimentação e de cuidados médicos aos participantes, além de melhorias na sua infraestrutura^{20,21}.

De acordo com os dados publicados pelo Ministério da Defesa²², no ano de 2019, o PROFESP atendeu aproximadamente 29.500 crianças e adolescentes distribuídos em 202 Organizações Militares pertencentes às três Forças Armadas do Brasil: Exército, Marinha e Aeronáutica, localizadas em 123 cidades do país, incluindo áreas remotas como o interior da Amazônia e comunidades indígenas^{12,22}. Entre os beneficiários do Programa neste período, 9.892 estavam na região sudeste, 6.465 na região Nordeste, 4.447 na região Norte e 4.474 na região centro-oeste e 4.280 na região sul do Brasil. Na região sul, especificamente, 610 crianças e adolescentes foram atendidas pelas organizações militares da Marinha; 2.640 pelo Exército e 1.030 pela Força Área Brasileira²².

Diante do exposto, esse estudo tem por objetivo identificar o perfil dos participantes do Programa Forças no Esporte (PROFESP), desenvolvido em um núcleo militar da Força Área Brasileira, bem como analisar se atende a população em situação de vulnerabilidade social.

Métodos

O presente estudo possui abordagem mista explanatória sequencial do tipo QUAN → quali. Esse método se dá quando os dados quantitativos são coletados e analisados em uma primeira etapa da pesquisa, seguida de coleta e análise de dados qualitativos desenvolvida sobre os resultados quantitativos iniciais²³.

Participantes

O estudo contou com uma amostra de 327 alunos inscritos em um núcleo do PROFESP localizado no município de Curitiba, região sul do Brasil (esses participantes consistiam em crianças e adolescentes que estiveram envolvidos no Programa durante o ano de 2023), um gestor da Secretaria Municipal da Educação e sete profissionais que atuavam nas escolas atendidas.

Procedimentos

As informações referentes ao desenvolvimento e operacionalização do PROFESP foram obtidas por meio de uma consulta junto à Secretaria Municipal da Educação (responsável pela seleção das escolas e disponibilização para o transporte dos estudantes que participam do programa). Na sequência, foi realizada a identificação da relação dos alunos e escolas atendidas por um determinado núcleo localizado no município de Curitiba, região sul do Brasil.

Além disto, foi realizado o levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano dos bairros das escolas atendidas, por meio de consultas nas bases de dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)²⁴. Os dados consultados consistem nos últimos dados publicados, referente ao período de 01/01/2000 a 31/12/2010. Além dos Índices de Desenvolvimento Humano dos bairros, foram coletadas as notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas em que os participantes do PROFESP estavam matriculados. Para isto, consultou-se os dados publicados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) equivalente aos resultados das avaliações de 2019 e 2021 (este recorte no levantamento justifica-se tendo em vista que duas das sete escolas analisadas não participaram da última avaliação). A média do IDEB é calculada a partir da aprovação escolar (obtidos pelo Censo Escolar) e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica, o índice varia de 0 a 10. De acordo com o INEP o Brasil tinha como objetivo alcançar a média 6 em 2022, o que corresponde a um sistema educacional de qualidade.

Após a coleta dos dados quantitativos, realizou-se uma entrevista com questões abertas com o gestor da Secretaria Municipal da Educação, responsável pelo contato com as escolas participantes do Programa e gerenciamento das ações com o núcleo estudado e com sete profissionais que atuavam nas escolas, sendo um diretor(a) de cada unidade escolar. A pesquisa foi realizada no mês de abril de 2024, via *Google Forms* com o convite e orientações enviados via e-mail. No questionário, foi esclarecido aos participantes o propósito e importância da sua participação para a pesquisa, garantindo a confidencialidade de seus dados. Em seguida, obteve-se o consentimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com o protocolo CAAE: 88770618.4.0000.0102, número do parecer: 5.414.934 (Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná).

Análise estatística dos dados

Inicialmente, as estatísticas descritivas foram realizadas com intuito de apresentar os dados, por meio dos softwares IBM SPSS Statistics versão 25 (IBM Corp, Armonk, Nova York) e GraphPad Prism Versão 8.2.1. Em seguida, por meio do teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov, pode-se identificar que os dados relacionados ao IDEB e IDH dos bairros das escolas não apresentavam distribuição normal²⁵. Deste modo, posteriormente, com intuito de identificar relações entre as variáveis, realizou-se o teste de correlação de *Spearman* e o nível de

significância dos testes foi mantido em $p < 0,05^{25,26}$. Por fim, os dados quantitativos e qualitativos obtidos foram analisados e interpretados em conjunto com o embasamento teórico, com o intuito de responder ao objetivo do presente estudo.

Resultados

Do total de 327 beneficiários que passaram pelo núcleo do PROFESP analisado no ano de 2023, cerca de 48,6% eram do sexo feminino e 51,4% do sexo masculino.

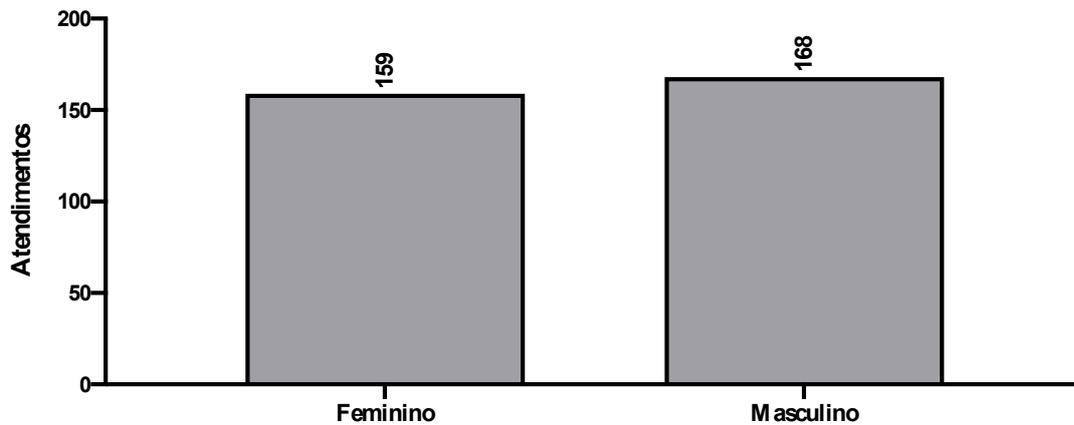


Figura 1. Participantes do núcleo do Programa Forças no Esporte atendidos no ano de 2023.
Fonte: autores

Percebe-se que o público masculino ($n=168$) ser ligeiramente superior ao feminino ($n=159$). De acordo com o manual do PROFESP, disponibilizado pelo Ministério da Defesa em 2021, orienta-se que as Organizações Militares atendam o quantitativo de 50 a 100 beneficiados em suas atividades. Neste caso, fica evidente que o núcleo investigado atende um quantitativo bastante superior em relação a orientação do Programa.

A figura a seguir apresenta a distribuição da idade dos alunos atendidos.

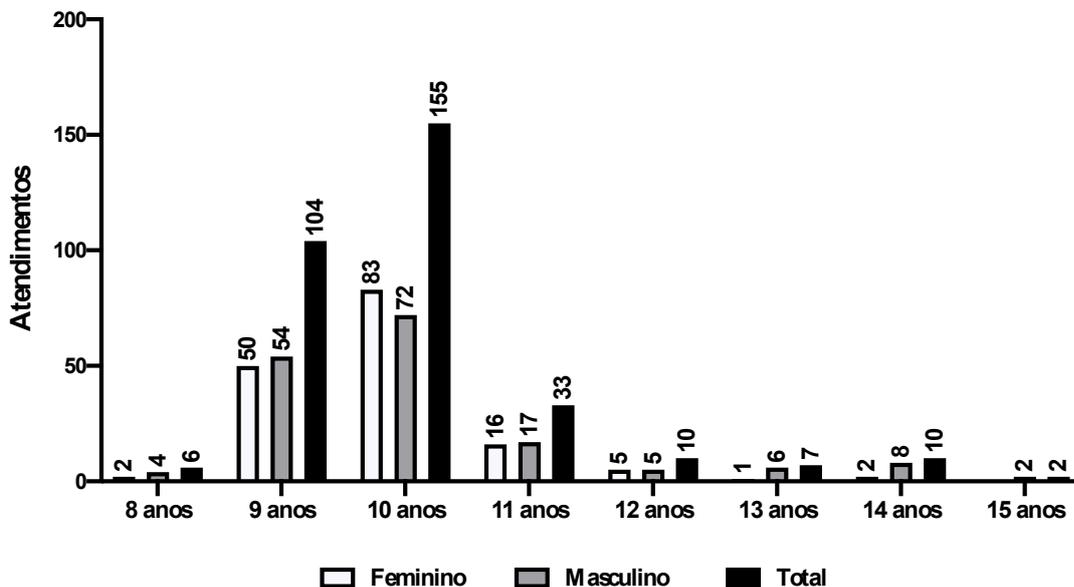


Figura 2. Idade dos beneficiários que participam das atividades do PROFESP
Fonte: autores

Percebe-se que a maior parte dos alunos atendidos no período analisado possuíam entre 9 e 10 anos ($n=155$), representando cerca de 79,2% do total de atendimentos realizados. Em contrapartida, apenas 0,6% dos atendimentos foram realizados com alunos de 15 anos ($n=2$), 1,8% com alunos de 8 anos ($n=6$), 2,1% com alunos de 13 anos ($n=7$), e 3,1% tanto com alunos de 12 ($n=10$) quanto de 14 anos ($n=10$).

Quando se analisou esta variável, questionou-se ao gestor da Secretaria Municipal da Educação se havia algum direcionamento às escolas em relação à escolha da idade ou ano letivo dos estudantes participantes. Como resultado, identificou-se que são priorizados os estudantes dos anos finais do ensino fundamental I – 4º e 5º anos – e do fundamental II – 6º e 9º anos – conforme a demanda de projetos oferecidos pela unidade escolar. Dessa forma, são priorizados os estudantes com menos participação em outros projetos. Os diretores das unidades escolares destacaram que os critérios para seleção de escolha da idade ou ano letivo levam em conta o fato de que os estudantes dos 4º e 5º anos, ou do 6º ao 9º ano têm mais autonomia para passar o período do contraturno fora da escola, mesmo com profissionais da escola acompanhando. Além disso, os estudantes possuem idades próximas para as atividades. Entre outras justificativas sobre o processo de seleção dos participantes, destaca-se a participação dos pais ou responsáveis legais em reuniões de apresentação do projeto, juntamente com a entrega de autorização assinada. Conforme relato da direção de uma das escolas, houve 150 estudantes interessados para 44 vagas disponíveis.

A figura a seguir apresenta a distribuição dos anos escolares dos alunos atendidos, evidenciando uma predominância de alunos do 4º ano curricular com 36,1% e 5º ano com 52,0%. Por outro lado, os 3º, 7º e 9º anos correspondem apenas 2% e o 6º e 8º anos à 3% dos estudantes.

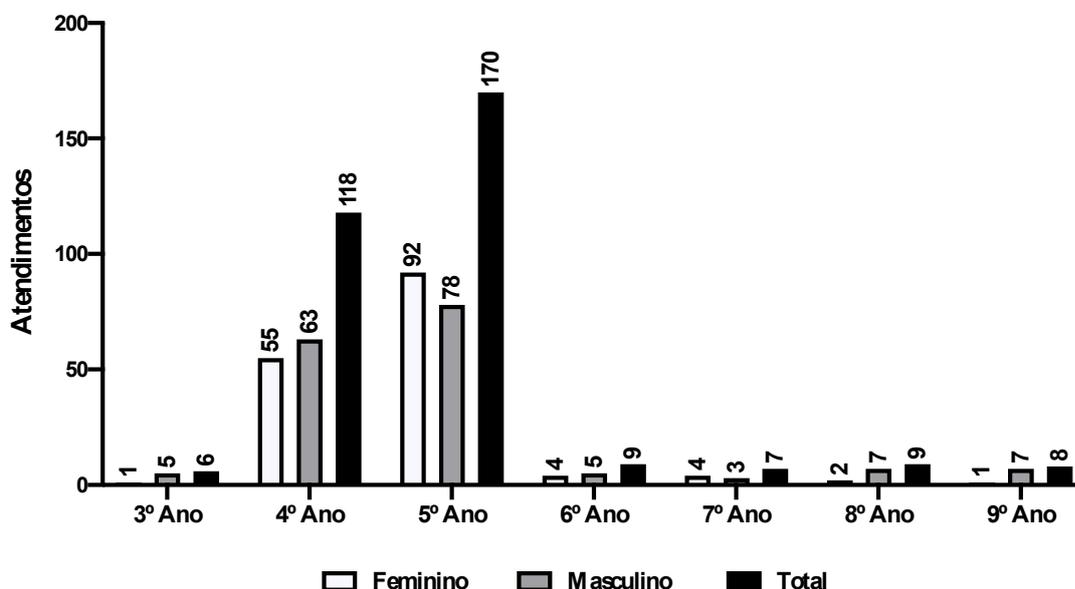


Figura 3. Ano letivo dos beneficiários que participam das atividades do PROFESP

Fonte: autores

Após análise do ano letivo dos beneficiários, outra variável investigada neste estudo foi o período que os alunos participaram das atividades do Programa. Levando em consideração que a frequência no Programa deve ser no contraturno escolar, foi constatado que cerca de 52,0% ($n=168$) dos alunos atendidos frequentaram as atividades no período da manhã e 48,0% ($n=159$) à tarde. Conforme pode ser visualizado na figura a seguir.

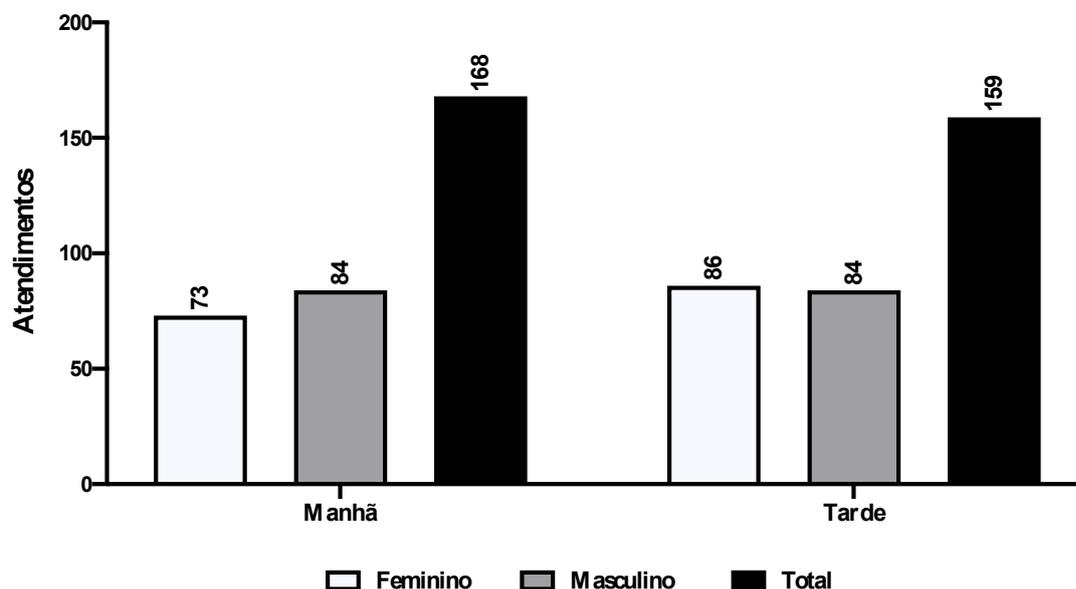


Figura 4. Período que os beneficiários participam das atividades do PROFESP
 Fonte: autores

Levando em consideração que um dos objetivos do programa é apoiar o reforço educacional dos alunos/beneficiários, privilegiando as disciplinas de matemática e português²⁰, nesta variável buscou-se analisar os níveis educacionais das escolas que os estudantes estão matriculados. Essa análise foi realizada com base nas pontuações de cada instituição no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB é um indicador educacional que apresenta o nível da qualidade da educação básica dos municípios e escolas do Brasil, sua medida varia de 0 a 10 e é calculado a partir das provas das disciplinas de português e matemática junto das taxas de aprovação da escola em conjunto com as notas obtidas no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)²⁷. Logo, identificar se os índices das escolas destes alunos estão próximos da média nacional (nota 5.8) torna-se relevante, tendo em vista que deste modo, pode-se identificar a caracterização dos diferentes estabelecimentos de ensino frequentados pelos alunos atendidos pelo PROFESP. A figura a seguir apresenta a distribuição dos atendimentos de acordo com a nota obtida pela escola que está matriculado.

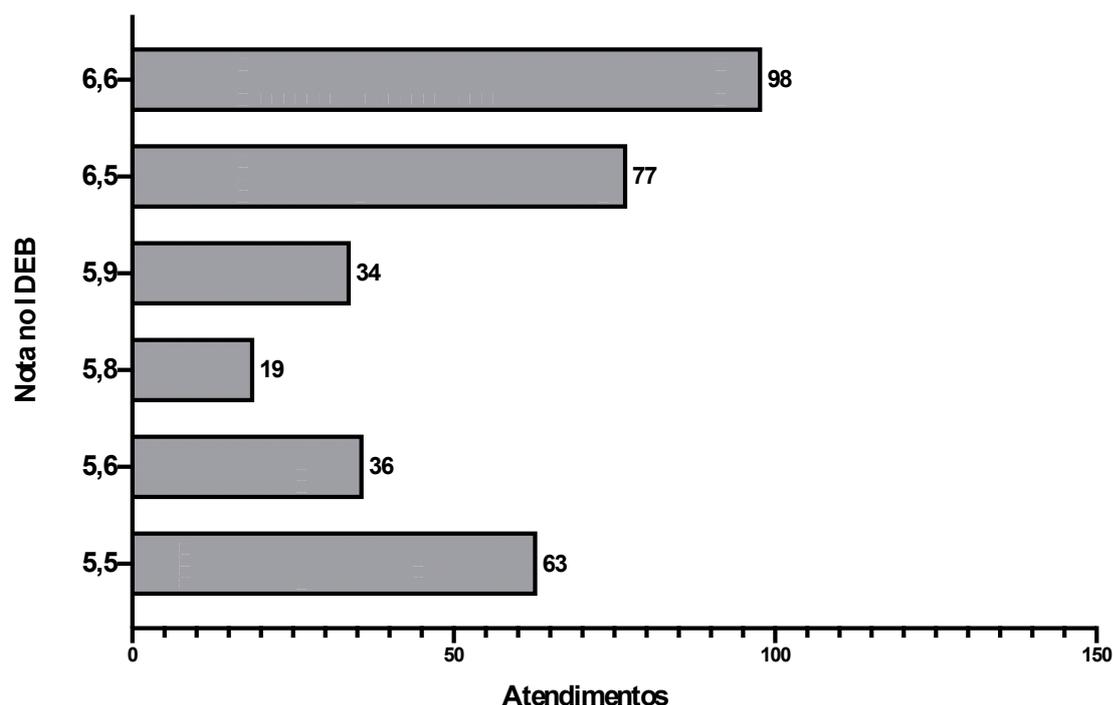


Figura 5. Distribuição dos atendimentos de acordo com a nota obtida no IDEB

Fonte: autores

Pode-se verificar que, de modo geral, as escolas dos alunos atendidos pelo PROFESP no ano de 2023 situavam-se na média da pontuação geral do IDEB, além disto, notou-se que a maior parte dos alunos estudavam em escolas acima da média nacional, com pontuação 6,6 (30% - n=98), 6,5 (24% - n=77) e 5,9 (10% - n=34). Por outro lado, a escola com menor média do IDEB 5,5, representa 19% (n=63) dos alunos. Dentro da amostra deste estudo, identificou-se que os participantes do Programa estão matriculados em sete escolas diferentes, destas, duas obtiveram a mesma nota (6,5). Ressalta-se que as notas de cinco escolas são referentes aos dados da avaliação do IDEB de 2021, e outras duas com dados referentes a avaliação de 2019.

Sobre essa variável, questionou-se ao gestor da Secretaria Municipal da Educação e aos diretores se havia algum critério para escolha das escolas participantes quanto ao desempenho no IDEB. Como resultados, ficou evidente que não há avaliação preliminar como critério. Na visão do gestor, a escola direciona seu esforço para auxiliar os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, e sua participação no PROFESP favorece a conscientização da importância do estudo para o futuro. Identificou-se também, nas palavras dos diretores, que, independentemente do desempenho escolar, busca-se que todos os estudantes tenham oportunidade de participação no programa.

Tendo as informações referentes ao perfil dos beneficiários do núcleo investigado no presente estudo, buscou-se analisar a distribuição dos alunos atendidos de acordo com o IDH dos bairros das escolas. A figura a seguir apresenta os níveis de desenvolvimento humano conforma a localização de cada escola.

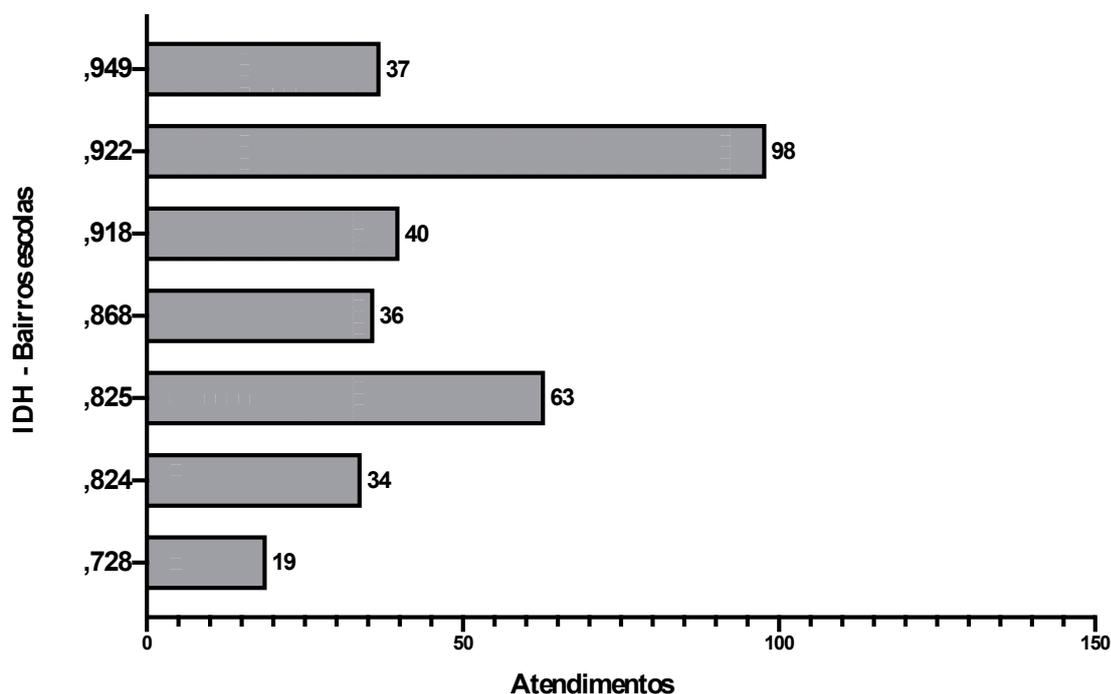


Figura 6. IDH das regiões que as escolas estão localizadas

Fonte: autores

Considerando que o IDH médio do município investigado é de 0,823, ao analisar essa distribuição, fica claro que os alunos atendidos estudavam em regiões com IDH acima da média municipal. Isso se deve ao fato de que, dos atendimentos da amostra analisada, apenas uma escola estava localizada em regiões com IDH inferior à média municipal.

Diante desse dado, questionou-se ao gestor se existe algum direcionamento às escolas quanto ao critério de vulnerabilidade social dos estudantes participantes. Ficou evidente que nem sempre é possível atender a escola que está nesse critério de maior vulnerabilidade devido à distância e tempo para deslocamento entre a escola com a unidade militar. No entanto, orienta-se aos gestores das escolas que priorizem crianças que se encontram em situações mais vulneráveis, como exemplo, foi citado crianças provenientes de casas de lares entre outros beneficiários do programa.

Com intuito de identificar relações entre o número de atendimentos, a nota do IDEB e o IDH das regiões das escolas, realizou-se o teste de correlação de *Spearman*^{25,26}. A tabela a seguir apresenta os resultados obtidos no teste.

Tabela 1. Teste de correlação entre o IDEB e IDH das escolas analisadas

Número de atendimentos	IDEB Escola		IDH Região da escola	
	R	p	r	p
	.015	.781*	.047	.395*

Nota: Não foram detectados valores estatisticamente significativos ($p > 0.05$).

Fonte: autores

A partir do teste, não foram identificados valores estatisticamente significativos entre o número de atendimentos, a nota do IDEB e o IDH das regiões das escolas dos alunos. Apenas ao realizar o teste de correlação diretamente entre o IDEB e o IDH das regiões das escolas que

se pode observar valores estatisticamente significativos ($r=.744$; $p<0.01$), evidenciando que quanto maior o IDH da região de uma escola, maior a nota obtida no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Fator este, que evidencia a influência do aspecto socioeconômico nos índices de educação básica no país.

O fato de a maior parte da amostra analisada estudar em escolas com boas notas no IDEB e em bairros com IDH relativamente altos pode ter sido um fator preponderante para este resultado, evidenciando a ausência de escolas com baixos índices na amostra (total de atendimentos realizados pelo núcleo analisado em 2023).

Por último, questionou-se o gestor da Secretaria Municipal da Educação quanto os diretores das unidades escolares sobre as sugestões para o desenvolvimento do PROFESP com os estudantes da Rede Municipal de Ensino ou de suas escolas específicas. Constatou-se que o programa atende de maneira satisfatória aos seus principais objetivos. Conforme resposta de dois diretores, destaca-se:

*[...] Da forma que ocorre na escola já há alguns anos tem gerado bom resultado[...]
[...] A nossa comunidade teve uma excelente aceitação e participação. Só elogios[...]*

Entre as principais sugestões dos diretores, destacou-se o aumento do número de vagas das escolas, considerando que há estudantes na fila de espera para participar no programa. Isso foi corroborado pelo gestor da Secretaria, que observa uma lista de espera de outras escolas interessadas para participar, além do interesse por atendimento em outras regiões do município, incluindo a possibilidade de implementar o programa em outros núcleos militares.

Discussão

Ao analisar o perfil dos participantes de um núcleo do PROFESP localizado na região sul do Brasil, fica evidente que o quantitativo da amostra com 327 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, é bastante significativo. Isso se destaca devido às orientações do manual do Programa, que sugere que cada organização militar atenda entre 50 e 100 alunos¹⁵. Em uma análise sobre o PROFESP enquanto fator de inclusão social e desenvolvimento no esporte, os autores²⁷ analisaram o desenvolvimento do Programa em 82 núcleos militares durante o ano de 2019. Destes, foi constatado que 61% trabalham com um quantitativo de 50 a 100 alunos, enquanto 39% são núcleos que atendem acima de 100 alunos. Em outro estudo¹³, ao apresentar dados do Programa na região de fronteira entre Brasil-Bolívia, os autores citam que, em 2021, o núcleo da Marinha localizado no município de Ladário, estado do Mato Grosso do Sul, tinha 277 beneficiários inscritos. Dado expressivo também apresentado na pesquisa²⁸ sobre o núcleo da Marinha localizado na cidade do Rio de Janeiro, que atende cerca de 500 jovens no Programa.

Com relação à idade dos participantes, mesmo que o núcleo investigado atenda crianças e adolescentes entre 08 e 15 anos, os dados mostram que 9 e 10 anos se sobressai em relação aos demais, isso se justifica pela orientação da secretaria às escolas para priorizar alunos dos anos finais do ensino fundamental I, devido sua autonomia para sair da escola, ou ainda, devido a rede municipal da educação de Curitiba ser composta majoritariamente por escolas responsável pelo ensino dos anos iniciais (1º ao 5º ano letivo). A nível nacional, no ano de 2019 identificou-se que 84,1% dos núcleos do PROFESP atendem o público de 06 a 12 anos, enquanto 67,1% atendem jovens de 13 a 18 anos⁸. Nesse quesito, mesmo em proporções distintas em relação à idade, evidencia-se que o núcleo investigado se encaixa nas duas categorias de análise nacional.

Esse resultado da idade reflete no ano letivo dos participantes, evidenciando que o 4º e 5º anos somam 86% dos alunos. Os estudantes são matriculados em sete escolas públicas

municipais, nas quais, são acompanhados por professores das respectivas escolas durante o período das atividades e recebem o apoio da secretaria municipal da educação do município com a disponibilidade de transporte no trajeto entre a unidade escolar e a organização militar. Em uma análise sobre o PST, Santos¹⁵ cita que esse desenho de parcerias setoriais em Programas descentralizados é fundamental para o desenvolvimento das atividades com os beneficiários. De acordo com Silva²⁹ “cabe aos órgãos estaduais/municipais parceiros, o transporte dos participantes do PROFESP até às OM (s) responsáveis”. Entretanto, em outro estudo percebe-se que esse acordo de cooperação para o transporte não ocorre em todos os núcleos do Programa, exemplo do núcleo localizado na cidade de Corumbá (MS), em que os alunos chegam até a organização militar por meios próprios¹².

Ao analisar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), percebe-se que, que as notas das escolas participantes variam entre 5.5 e 6.6. A nota do IDEB é considerada um dos principais indicadores para avaliar a qualidade da educação básica do país^{27,30}. Sua nota é composta pela média das provas das disciplinas de português e matemática junto ao índice de aprovação dos alunos de cada escola. Ressalta-se que o município investigado possui a média 6.0, que o classifica na terceira posição entre as capitais do país nos anos iniciais do ensino Fundamental³¹. Neste exame, identificou-se que quatro das sete escolas estão abaixo da média do município. Tal dado pode ser um indicativo para que o Programa possa desenvolver estratégias na tentativa de contribuir com atividades apoio de reforço educacional aos alunos/beneficiários, privilegiando as disciplinas de matemática e português, conforme apontado pelo manual do PROFESP²⁰.

Outro ponto significativo evidenciado nos resultados foi o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos bairros que as escolas estão localizadas. No tocante a essa análise, identifica-se que o município possui IDH de 0,823, considerado alto em comparação à média do país³¹. Diante disso, constatou-se que apenas os estudantes de uma única escola analisada nesse estudo apresentaram níveis de desenvolvimento humano abaixo da média municipal (0,728) participam do Programa. Os demais estão matriculados em escolas com IDH acima, que varia entre 0,824 e 0,949. Isso se justifica devido a logística em atender as escolas mais próximas da organização militar, localizado em um bairro com IDH de 0,868, ou seja, também acima da média do município. Mesmo que escolas de outras regiões com IDH baixos no município investigado tenham interesse em participar do programa, algumas questões como o deslocamento dos estudantes impedem que sejam atendidas. Isso ocorre porque a distância entre as escolas e a unidade militar impossibilita que os estudantes façam o trajeto a tempo e participem das atividades de reforço alimentar (café da manhã e almoço ou almoço e lanche), práticas esportivas e demais práticas culturais ou educativas no período do contraturno escolar. Entretanto, conforme apontado pelo gestor, os diretores das escolas são orientados a priorizar a inclusão de crianças e adolescentes em situações mais vulneráveis, como exemplo, obteve-se estudantes que estão matriculados em escolas localizadas em regiões com IDH acima da média municipal, mas oriundos de casas de lares. Tal resultado obtido indica um diagnóstico importante sobre os estudantes, evidenciando que determinadas escolas localizadas em bairros com IDH alto, do município analisado nesse estudo, não garante, por si só, a ausência de desigualdades sociais ou iniquidades estruturais entre os alunos.

Em pesquisa sobre a descentralização do Programa Segundo Tempo aos governos municipais, o estudo de Santos¹⁵ identificou que a implantação do PST não atingiu os municípios mais vulneráveis de acordo com os níveis de desenvolvimento humano (IDH). Segundo o autor, mesmo que se tenha o desejo de garantir democratização do esporte educacional, de garantia de equidade, os incentivos do programa à descentralização nem sempre atinge as regiões mais vulneráveis¹⁵. Diante disso, autores como Ferreira et al.³² citam que nem sempre as organizações militares estão localizadas em regiões de alta vulnerabilidade, e para

facilitar a locomoção e acesso dos beneficiários, o Programa atende alunos que vivem próximos.

A correlação entre estas variáveis do IDH e do IDEB indicou que há influência do fator socioeconômico no desempenho escolar dos participantes. O resultado afirma que as escolas que estão localizadas em bairros com maior IDH possuem a maior nota do IDEB, ou seja, quanto maior o perfil socioeconômico melhor é seu desempenho escolar. Esse dado é importante para reforçar um dos objetivos do Programa, atender indivíduos de áreas menos favorecidas para que, de fato, essa política possa contribuir para melhorias sociais e educacionais²¹. Nessa linha a autora Teixeira²⁸ destaca que a partir dos problemas que assolam muitas regiões de vulnerabilidade, o PROFESP pode contribuir para reduzir os riscos de envolvimento de crianças e adolescentes com vivências ou decisões ilícitas.

Embora apresente resultados relevantes, o presente estudo possui como limitação o fato de ter analisado os atendimentos de um único núcleo militar da Força Aérea Brasileira. Deste modo, sugere-se a realização de outras discussões relacionadas à esta temática, visando possibilitar o confronto com os achados deste estudo.

Conclusões

O presente estudo se propôs analisar se os atendimentos de um núcleo militar da Força Área Brasileira ocorreram em uma população em situação de vulnerabilidade social. Nessa análise, ficou evidente que o núcleo junto à cooperação municipal se propõe a atender aos objetivos do Programa ao receber beneficiários com características indicadas na política; crianças e adolescentes entre 8 e 15 anos, todos matriculados em escolas da rede pública de ensino, e que participam das atividades em horário de contraturno escolar.

Em relação ao processo de atendimento dos beneficiários no Programa, revelou-se que o núcleo militar é composto por estudantes advindos das escolas mais próximas. Esse processo de seleção é realizado pela Secretaria da Educação, levando em consideração o tempo de deslocamento entre o trajeto no período de contraturno escolar. Por meio da análise do IDH dos bairros, ficou evidente que maioria das escolas são localizadas em regiões com índices de desenvolvimento humano elevados em relação à média municipal e, possuem boas notas na avaliação do IDEB, diante disso, identificou-se que os gestores das unidades escolares priorizam o acesso de crianças e adolescentes com maior vulnerabilidade social e que não participam de outros projetos da sua escola.

Também foi observado que, embora haja interesse em atender crianças ou escolas de outras regiões em situações vulneráveis, nem sempre é possível devido as questões logísticas, como distância e tempo de deslocamento entre as escolas até o núcleo militar que oferece o programa. Diante disso, recomenda-se a ampliação do Programa Forças no Esporte em outros núcleos militares do município investigado.

Por fim, vale destacar a análise de gestores educacionais mostrando a relevância que o programa representa para as crianças e adolescentes participantes. Esses depoimentos reforçam que essa iniciativa é fundamental para garantir e assegurar à sociedade, conforme suas demandas, o acesso aos direitos constitucionais do esporte e demais atividades educativas.

Referências

1. Kravchychyn C, Oliveira AAB. Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: uma revisão sistemática. *Rev Movimento*. 2015;21. DOI:10.22456/1982-8918.54017.
2. Trindade NV, Almeida BS, Marchi JW. Esporte para o desenvolvimento e a paz: leituras acadêmicas em diálogo com os usos do esporte para a pacificação no Rio de Janeiro. *Movimento*. 2018;24(2). DOI:10.22456/1982-8918.66829.
3. Camargo LP, Santos LJM, Silva OGT. Revisão sobre projetos sociais esportivos no Brasil: atualização de revisão metanálise qualitativa e percepção de lacuna de pesquisa. *Retos*. 2022;46. DOI:10.47197/retos.v46.91091.

4. Oliveira AWF, Moraes LC, Marchi Júnior W. Vôlei em Rede Leões do Vôlei y AVP Social do Voleibol en el punto de mira: percepción de los proyectos por parte de los profesores. *Retos*. 2024;54:698–706. DOI:10.47197/retos.v54.102671.
5. Turizo-Palencia Y, Arenas-Rivera C, Ibáñez-Navarro L, López-Perez P. Desporto e intervenção socioeducativa: impacto no bem-estar e capital social em comunidades com desvantagens socioeconómicas. *Cult Cienc Desporto*. 2023;18(58). DOI:10.12800/ccd.v18i58.2036.
6. Linhales MA. A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos setores excluídos [dissertação de mestrado]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 1996. [acesso em 09 de abr 2024]. Disponível em: http://ppgcp.fafich.ufmg.br/diss_defesas_detalhes.php?aluno=149.
7. Cunha TSC. Pobreza, desigualdades e projetos sociais esportivos dirigidos a crianças e adolescentes: estudo de uma experiência no município de São Gonçalo [dissertação de mestrado]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017 [acesso em 05 de mai 2024]. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23530/ThayaneSantosCrespodaCunha.pdf>
8. Galvão PG, Osborne R, Santos RF, Araujo CIP. O Programa Forças no Esporte como fator de inclusão social e desenvolvimento esportivo no Brasil. *E-Legis - Rev Eletrônica Prog Pós-Grad Câmara Deput*. 2019;12:115–48. DOI: <https://doi.org/10.51206/e-legis.v12i0.571>
9. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988. [acesso em 05 de mai 2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
10. Brasil. Diretrizes do Programa Segundo Tempo. 2011. [acesso em 20 de abr 2024]. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/165/manual%20diretrizes2011.pdf>.
11. Chaves AD, Alves HC, Gontijo DT. Avaliação do programa de capacitação para formação de socioeducadores: o esporte como possibilidade de enfrentamento da vulnerabilidade. *Pensar Prát*. 2012;15(4):821–1113. DOI:10.5216/rpp.v15i4.15410.
12. Santos BF, Golín CH, Melo RZ. O Programa Forças no Esporte (Profesp) na fronteira Brasil-Bolívia: um estudo preliminar. *Rev GeoPantanal – UFMS Corumbá*. 2021;(31):211–28. DOI: <https://doi.org/10.55028/geop.v19i36>
13. Filgueira JCM, Perim GL, Oliveira AAB. Apresentação. In: Oliveira AAB, Perim GL, editores. *Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá: Eduem; 2009. p. 7-16.
14. Brasil. Ministério da Defesa. Manual PROFESP e PJP. Instrução Normativa DIPSE/DDM/SEPESD/SG/MD N° 1 de 23 de agosto de 2021. 2021b. [acesso em 20 de abr 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/atuacao/ManualPROFESPePJP2021.pdf>.
15. Santos ES. Descentralização do Programa Segundo Tempo e níveis de desenvolvimento humano (IDH). *Licere*. 2019;22(3). DOI:10.35699/1981-3171.2019.15310.
16. El Tassa KOM, Cruz GC, Schneckenberg M. Educação Física e Projetos Sociais: impacto do Programa Segundo Tempo enquanto política pública de inclusão social através do esporte. *Espacios*. 2015;36(4). DOI: 10.48082/espacios-
17. Monteiro CEL. O esporte através do programa social das Forças Armadas do Brasil: A visão dos pais/responsáveis sobre projeto realizado no Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes [dissertação de mestrado]. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira; 2016. [acesso em 19 de abr 2024]. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4078250.
18. Cardoso CCS. A presença da Marinha do Brasil nas Fronteiras Molhadas do Oeste Brasileiro: o programa forças no esporte (PROFESP) na cidade de Ladário - MS [dissertação de mestrado]. Corumbá: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; 2019. [acesso em 20 de abr 2024]. Disponível em: <https://ppgefpan.ufms.br/files/2020/09/DISSERTAÇÃO-CRISTIANE-CARVALHO.pdf>.
19. Brasil. Diretrizes do Programa Segundo Tempo 2021, 2021. [acesso em 05 de abr 2024]. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/cidadania/Esporte/Programa%20Segundo%20Tempo/Diretrizes%20PST%20-%20Padrão%202021.pdf>.
20. Brasil. Ministério da Defesa. Cartilha do Comandante de Organização Militar: programa forças no esporte - PROFESP. Brasília: Comandantes de Organizações Militares; 2021a. [acesso em 05 de abr 2024]. Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/>.
21. Conceição AA. Forces in Sport Program: Social Development on the Borders of Brazil. *Peruvian Army Center for Strategic Studies*. 2022. [acesso em 05 de abr 2024]. Disponível em: <https://cecep.mil.pe/2022/05/12/programa-fuerzas-en-el-deporte-desarrollo-social-en-las-fronteras-del-brasil/?lang=en>.
22. Brasil. Ministério da Defesa. Programa Forças no Esporte. 2020b. [acesso em 05 de abr 2024]. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br>.
23. Creswell JW. *Educational research: planning, conducting and evaluating quantitative and qualitative research*. Pearson; 2012.
24. Brasil. Atlas de Desenvolvimento humano no Brasil. 2020a. [acesso em 15 de mai 2024]. Disponível em: <https://www.atlasbrasil.org.br/>.

25. Field A. Descobrir a estatística usando o SPSS. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2011.
26. Agresti A, Finlay B. Métodos estatísticos para as ciências sociais. Penso Editora; 2012.
27. Santos ACP, Nunes SML, Ferreira AA. O IDEB e o SAEB: uma análise e interpretação dos seus resultados. *Pesqui Debate Educ.* 2022;12(2):1-19. DOI:10.34019/2237-9444.2022.v12.34598.
28. Teixeira PF. “Eu posso morar no morro / mas eu não devo a ninguém”: a construção identitária e a significação da realidade em narrativas de adolescentes atendidos por programa social federal [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; 2021. DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.53625>
29. Silva ALG. A inclusão social propiciada pelo Programa Força no Esporte (PROFESP) na área do comando militar do Sudeste (CMSE) [trabalho de conclusão de curso]. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira; 2019. [acesso em 15 de mai 2024]. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/4066>.
30. Chirinéa AM, Brandão CF. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. *Ensaio Aval Pol Públicas Educ.* 2015;23(87):461–84. DOI:10.1590/S0104-40362015000100019.
31. IBGE. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro; 2024. [acesso em 10 de mai 2024]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>.
32. Ferreira VS, Todorov JC, Lemos RF, Bernardes IR. A identificação de programas esportivos governamentais como ferramenta para aumentar a frequência escolar de jovens. In: Todorov JC, editor. *Comportamento e cultura: análise de interações*. Porto Alegre: Technopolitik; 2020. p. 220.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ORCID dos autores:

Emerson Liomar Micaliski: <https://orcid.org/0000-0003-1353-9235>
Mayara Torres Ordonhes: <https://orcid.org/0000-0001-8014-7923>
Caroline Schweigert Costa: <https://orcid.org/0000-0002-2883-298X>
Fernando Renato Cavichioli: <https://orcid.org/0000-0001-8925-2420>

Editor: Carlos Herold Junior.
Recebido em 26/06/2024.
Revisado em 11/09/2024.
Aceito em 12/09/2024.

Autor para correspondência: Emerson Liomar Micaliski. Email: emicaliski@hotmail.com